

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Leticia Camargo dos Santos
Leticia Emily de Oliveira

**A INFLUÊNCIA DA VARIAÇÃO CAMBIAL NAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE EMPRESAS
MULTINACIONAIS**

Taubaté – SP

2022

Leticia Camargo dos Santos
Leticia Emily de Oliveira

**A INFLUÊNCIA DA VARIAÇÃO CAMBIAL NAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE EMPRESAS
MULTINACIONAIS**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador (a): Prof. Jonas Comin de Campos

Taubaté – SP
2022

SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU

O48i

Oliveira, Leticia Emily de

A influência da variação cambial nas demonstrações financeiras de empresas multinacionais / Leticia Emily de Oliveira, Leticia Camargo dos Santos - 2022.
46 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios, Taubaté, 2022.

Orientação: Prof. Me. Jonas Comin de Campos, Departamento de Gestão e Negócios.

1. Sociedades comerciais - Contabilidade. 2. Comercio exterior - Comex. 3. Banco Central do Brasil - Bacen. I. Santos, Leticia Camargo dos. II. Título.

CDD 658.4

Leticia Camargo dos Santos

Leticia Emily de Oliveira

**A INFLUÊNCIA DA VARIAÇÃO CAMBIAL NAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DE EMPRESAS MULTINACIONAIS**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de
Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de
Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para
obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador (a): Prof. Jonas Comin de Campos

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que fez com que nossos objetivos fossem alcançados, durante todos os nossos anos de estudos.

Aos amigos/familiares, por todo o apoio e pela ajuda, que muitos contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que nos permitiram apresentar um melhor desempenho em nosso processo de formação profissional ao longo do curso.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o nosso processo de aprendizado.

"A maior recompensa pelo nosso trabalho não é o que nos pagam por ele, mas aquilo em que ele nos transforma." (John Ruskin).

RESUMO

SANTOS, Leticia Camargo. OLIVEIRA, Leticia Emily. **A INFLUÊNCIA DA VARIAÇÃO CAMBIAL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE EMPRESAS MULTINACIONAIS.**: 2022. Trabalho de Graduação, modalidade Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do Certificado do Título em Ciências Contábeis. do Departamento de Gestão de Negócios da Universidade de Taubaté, Taubaté.

Este trabalho foi motivado pelas experiências das autoras trabalhando e estagiando em multinacionais. A variação cambial é um assunto sempre atual e que abrange muitos outros assuntos e processos dentro do cotidiano de Comércio Exterior. O objetivo deste trabalho é não só apontar os impactos dessa variação do fluxo cambial, mas também apontar e estudar métodos eficientes para reduzir os impactos gerados por essa valorização ou desvalorização de uma moeda estrangeira para a moeda interna de uma empresa. Por meio de revisar a literatura busca-se entender como funciona a variação cambial, seus fatores de influência, tais como a liquidez internacional, taxa de juros e intervenção do Banco Central do Brasil, como se constituem essas variações monetárias, como podemos contabilizar através do regime de competência e por fim espera-se entender o impacto da variação cambial e os meios que podemos usar legalmente para que possamos proteger nossas empresas de perdas ou lucros excessivos causados pela variação.

Palavras-chave: Variação Cambial, Comex e Bacen.

ABSTRACT

This work was motivated by the authors's experiences working and interning in multinationals. Exchange rate variation is an always current subject that covers many other subjects and processes within the daily life of Foreign Trade. The objective of this work is not only to point out the impacts of this variation in exchange rate flow, however, also to point out and study efficient methods to reduce the impacts generated by this valuation or devaluation of a foreign currency to the internal currency of a company. Through the literature, we search to understand how exchange rate variation works, its influence factors, such as international liquidity, interest rate and intervention of the Central Bank of Brazil, how these monetary variations constitute, how these monetary variations are constituted, how we can account through the system of competence and finally it is expected to understand the impact of exchange variation and the means that we can legally use so that we can protect our companies from excessive losses or profits caused by the variation.

Keywords: Exchange Rate Variation, Comex and Bacen.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA DO TRABALHO	11
1.2 OBJETIVO DO TRABALHO.....	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 PROBLEMA	12
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	12
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	13
1.6 METODOLOGIA.....	13
1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	14
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 VARIAÇÃO CAMBIAL.....	15
2.2 COMÉRCIO EXTERIOR	19
2.2.1 Comércio exterior e variação cambial	20
2.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA VARIAÇÃO CAMBIAL	21
2.3.1 Tratamento fiscal da variação cambial	21
3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	23
3.1 INDICADORES FINANCEIROS.....	26
3.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	33
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 PREVENÇÃO DE IMPACTOS DA VARIAÇÃO CAMBIAL	35

4.2 IMPACTO DA VARIAÇÃO CAMBIAL NO BALANÇO PATRIMONIAL (BP) E NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)	37
4.3 INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

Em um cenário econômico totalmente globalizado, a economia de um país é impactada pelos problemas econômicos, sociais e financeiros oriundos de outros países, no contexto atual de economia mundial interligada, houve um aumento progressivo das importações e exportações de diversos produtos e serviços entre os países.

No Brasil, a moeda utilizada nas transações comerciais é o dólar. Todas as operações econômicas e financeiras recebem intervenções do Governo, no que diz respeito à política econômica e cambial. Um exemplo disso é o controle das entradas e saídas da moeda americana no país para equilibrar a balança de pagamento e manter o valor da moeda nacional em relação a outras moedas internacionais (ASSAF NETO, 2012).

Em um ambiente de desvalorização cambial, ou seja, a moeda local desvalorizada em relação à moeda estrangeira, as empresas que necessitam importar insumos e/ou serviços, como também adquirir passivos que serão pagos em moeda estrangeira, sofrem impactos negativos nos seus resultados operacionais. Em contrapartida, as empresas que realizam aplicações financeiras em moeda estrangeira e exportam insumos e bens assumem ganhos com a valorização cambial.

Num cenário econômico bastante volátil, os mercados financeiros e as empresas buscam métodos para evitar que os resultados não sejam tão afetados pela variação cambial. Portanto, torna-se relevante estudar, a partir da avaliação dos resultados operacionais, estratégias financeiras que visem diminuir a exposição ao risco da variação da taxa de câmbio em um ambiente empresarial que represente o cenário macroeconômico.

Para Garofalo (2005), o mercado de derivativos é próprio para os que querem eliminar os riscos de flutuação de preços e cotações de mercado (ato de fazer hedging). Esse mercado visa a tender a demanda por instrumentos de proteção cambial. Os mercados de derivativos financeiros abrem a possibilidade de realização de operações de cobertura de riscos sobre a mais variada gama de ativos, reduzindo o impacto das incertezas geradas pela volatilidade dos principais indicadores financeiros (FARHI, 1999).

Baseado no contexto apontado acima, a presente pesquisa visa analisar os impactos da variação cambial nos resultados operacionais de uma empresa, dando um enfoque na representatividade dos mecanismos de proteção cambial, quanto à sua eficiência, demonstrada nos resultados obtidos dentro do período estudado.

Por fim, é avaliada a importância de uma análise minuciosa dos resultados operacionais, vislumbrando os impactos financeiros da variação cambial dentro de uma organização que opera com altos níveis de importação. É importante também verificar a eficácia dos mecanismos de proteção ao risco cambial. Por fim, são expostas as limitações encontradas para a realização do trabalho e a relevância do tema para pesquisas vindouras.

1.1 TEMA DO TRABALHO

Este trabalho tem como premissa discussões prévias mais recentes que defendem a necessidade e a importância do hedge cambial nas organizações, abordando sua aplicabilidade e eficiência nas empresas.

Será abordado também, como a exposição ao risco de câmbio pode ser minimizada no atual contexto das empresas brasileiras, através das ferramentas existentes para redução da exposição. O qual visa apresentar a utilização do hedge de câmbio em empresas importadoras que desejam reduzir o risco na variação nas taxas de câmbio.

1.2 OBJETIVO DO TRABALHO

O objetivo principal é analisar os impactos da variação cambial nos resultados operacionais de uma empresa e apresentar os mecanismos de proteção oferecidos para que se tenha um menor impacto no período.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho é analisar o impacto gerado pela variação cambial nas demonstrações financeiras de empresas multinacionais e quais os instrumentos de proteção mais indicados para que as empresas possam assegurar seus resultados ao longo do ano, a fim de evitar prejuízos recorrentes.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos correspondem as análises a serem realizadas dentro do Balanço Patrimonial e posteriormente nas demonstrações financeiras, para que se possa realizar previamente um estudo para entender quais os melhores e mais benéficos instrumentos de proteção que uma empresa pode utilizar para proteger seu balanço e suas movimentações para o exterior, suportando assim qualquer variação cambial que possa vir a ocorrer dentro de um determinado período.

1.3 PROBLEMA

Segundo o Banco Central do Brasil, “câmbio é a troca de moedas entre países diferentes, ou seja, qualquer operação que envolve transação financeira, tanto no Brasil como no exterior, é entendida como câmbio financeiro, como transferências, pagamentos e recebimentos”. Deve-se considerar que, no Brasil, a taxa de câmbio foi atrelada até 1999.

Desde então, a economia brasileira opera no regime de câmbio flutuante e isso significa que o governo não regula a taxa diretamente. Entretanto, se a moeda oscilar de um jeito brusco, é aceitável que as autoridades alterem a referência da taxa de juros na tentativa de controlar uma possível inflação desenfreada. Mesmo que o governo possa intervir e alterar as taxas de câmbio é de extrema importância que as empresas se previnam e obtenham instrumentos de proteção para que não sofram grandes prejuízos com a oscilação das taxas cambiais.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O presente estudo se justifica pela relevância do tema no contexto atual das organizações empresariais inseridas em um cenário econômico globalizado, em que a busca pelos melhores desempenhos financeiros e operacionais é colocada à prova quanto à volatilidade cambial e às incertezas econômicas, políticas e sociais de todos os países do mundo.

Há alguns anos, diversos estudiosos e autores de vários livros de administração financeira e do mercado financeiro têm-se dedicado à ampliação da literatura sobre a questão da variação cambial, os riscos cambiais e o mercado de derivativos. Dentre eles, podem ser citados: Assaf Neto (2012), Ross (2010), Garofalo (2005).

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Mais importante do que saber identificar os indicadores de risco para empresas inseridas no comércio internacional, é saber como se enfrenta os mesmos. Dos anos 1900 até o presente momento, grandes crises econômicas foram enfrentadas pelas empresas atuantes em mercados externos. Segundo Damas (2017), crises frequentemente vêm após períodos de calmaria, nos quais futuros problemas começam a ser gestados, de forma pouco clara a princípio. Mediante estes problemas, deve-se nos cercar de bases sólidas, e analisar quais as melhores maneiras de se evitar um prejuízo estrondoso dentro dos resultados da empresa. Quais os instrumentos de proteção que as pequenas e grandes empresas devem investir para garantir sua estabilidade no mercado?

1.6 METODOLOGIA

O método que adotado na formulação da presente pesquisa, encontra-se em concordância com a proposta de estudo, a qual está adequada por meio dos objetivos a serem alcançados. A pesquisa é de fundamental importância para a evolução dos conhecimentos em determinado campo de estudo, ou seja, por meio da pesquisa pode-se ampliar os horizontes de conhecimento sobre determinado tema.

A metodologia que adotada na formulação do trabalho foi baseada em pesquisas bibliográficas, através de consultas a livros, revistas, pesquisa de manuais, tratados, artigos publicados na internet.

O principal objetivo desta modalidade é realizar uma investigação documental, ou seja, coletar informações já existentes sobre um tópico ou problema. Este tipo de pesquisa documental fornece informações sobre o status do tópico ou problema escolhido.

A pesquisa bibliográfica pode ser definida como a operação documental de recuperar um conjunto de documentos ou referências bibliográficas que são publicados em todo o mundo sobre um assunto, autor, publicação ou obra específica. É uma atividade retrospectiva que fornece informações limitadas por um determinado período de tempo.

A coleta de dados foi desenvolvida seguindo as seguintes premissas: Leitura exploratória de todo o material selecionado, seja leitura objetiva ou uma leitura rápida, a fim

de se verificar se a obra, documento e material complementar é de interesse para a presente pesquisa.

Além deste modelo de leitura, foi adotada, o modelo de leitura seletiva, a qual consiste em uma leitura com uma maior profundidade, buscando o material consistente para o trabalho. Por fim, foi realizado o registro das informações extraídas das fontes, sendo especificadas no trabalho, com nome e ano de publicação.

Seguindo, realizou-se a análise e interpretação dos resultados. A análise consiste basicamente em responder aos objetivos ou hipóteses colocadas nas pesquisas realizadas e nos dados coletados. A análise dos dados tende a ser extremamente subjetiva. Ou seja, a natureza e o objetivo da interpretação variarão de estudo para estudo, o que provavelmente se correlaciona com o tipo de dados que está sendo analisado.

Nesta última etapa, foi realizada uma leitura analítica de todo o material, tendo por finalidade a ciência de ordená-lo e sumariar as informações pesquisadas e elaboradas. Neste processo, fora levado em consideração as informações que possibilitassem obter a resposta do problema de pesquisa, por meio dos objetivos gerais e específicos.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

No Capítulo 1, apresentados os aspectos introdutórios para a construção desse estudo. Assim, são expostos o problema de pesquisa e os objetivos geral e específicos deste trabalho. Do mesmo modo, a justificativa é apresentada, ressaltando os motivos e o contexto sobre os quais a pesquisa foi fundamentada.

O Capítulo 2, que compreende o referencial teórico, primeiramente aborda o mercado de câmbio e, posteriormente, o mercado de derivativos e hedge cambial. Discorre ainda sobre os conceitos, fundamentos e estruturas das demonstrações dos resultados do exercício, bem como as principais técnicas de análises contábeis.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 VARIAÇÃO CAMBIAL

As variações no valor externo de uma moeda podem ter efeitos importantes em vários resultados e objetivos macroeconômicos. Neste caso, a taxa de câmbio afeta a taxa de variação de várias maneiras diretas e indiretas como mudanças nos preços de bens e serviços importados - isso afeta diretamente o índice de preços ao consumidor. Por exemplo, uma apreciação da taxa de câmbio geralmente reduz o preço de bens de consumo importados e duráveis, matérias-primas e bens de capital (FISCHER e COLAUTO, 2009).

Afeta os preços das commodities, pois muitas commodities são cotadas em determinada moeda - portanto, uma variação na taxa de câmbio em outra moeda possui um impacto direto no preço de commodities como petróleo e alimentos. Além disso, uma taxa de câmbio mais alta dificulta a venda no exterior devido ao aumento dos preços relativos. Se as exportações desacelerarem (a elasticidade-preço da demanda é importante para determinar a escala de qualquer mudança na demanda), os exportadores podem optar por reduzir seus preços, reduzir a produção e reduzir os níveis de emprego (REZENDE et al., 2010).

Além disso, variações nas taxas de câmbio afetam as empresas de outra maneira, modificando o valor publicado, expresso em moeda nacional, dos recebimentos recebidos em moeda estrangeira. Este valor aumenta quando a taxa de câmbio da moeda nacional diminui. Neste caso, outra consequência igualmente importante, embora menos óbvia são que, as taxas de câmbio também afetam indiretamente o desempenho financeiro da empresa, pois influenciam as estruturas de preços e custos, afetando margens e / ou volumes de lucro que, por sua vez, influenciam o resultado das atividades domésticas e estrangeira (SILVA et al., 2013).

Em suma, variação cambial é a alteração no valor da moeda em relação a outra moeda. O valor da moeda geralmente está vinculado à oferta e demanda no mercado, que pode ser afetada pelo nível de atividade comercial de um país ou pela intervenção de um banco central na oferta de moeda. Quando um banco central aumenta as taxas de juros, pode aumentar a demanda pela moeda desse país (SILVA et al., 2013).

Segundo a NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE Nº TSP 24, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019, a variação cambial é a diferença resultante da conversão de

determinado valor de uma moeda para outra, ou seja, a diferença do valor de um produto em decorrência da valorização ou desvalorização de taxas de câmbios.

A variação cambial é a diferença do valor de um produto, que acontece entre a data de compra ou venda para a data de recebimento ou pagamento, ou seja, a diferença entre o início de uma operação cambial até o fim da mesma. Podemos entender assim, que toda operação de mercado de câmbio, é passível de sofrer variação entre a moeda estrangeira e a moeda funcional.

O BACEN (Banco Central do Brasil) disponibiliza em sua CIRCULAR Nº 3.690, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013, uma listagem completa de operações do mercado de câmbio e seus respectivos códigos.

Ou seja, variações da taxa de câmbio são flutuações de mercado em que o preço da moeda de um país fica mais forte ou mais fraco em comparação com a moeda de outro país. Essas variações cambiais ocorrem diariamente, mas pouco se sabe sobre suas implicações no funcionamento diário. As variações cambiais são resultado do sistema de taxa de câmbio flutuante que funciona na maioria das economias. Vários fatores impactam e determinam as taxas de câmbio, como oferta e demanda da moeda, desempenho econômico do país, inflação, diferenciais de taxas de juros, fluxos de capital e assim por diante (SANTANA, 2018).

Embora o impacto das variações da moeda seja de grande alcance para a economia, indivíduos que não estão trabalhando em estreita colaboração com o mercado não sentem o impacto. Isso ocorre porque a maioria de suas transações diárias é realizada na moeda nacional. Pode-se perceber as implicações dessas variações ao realizar atividades ou transações como viagens ao exterior, pagamentos de importação e remessas ao exterior (THOMÉ e BORDEAUX-REGO, 2013).

A oferta de moeda e as taxas de juros são dois fatores principais que afetam a demanda por uma moeda. Cada um pode ser controlado pelos governos e seus bancos centrais, que os utilizam como ferramentas para manipular sua economia e moeda nacional. Como o nome sugere, o suprimento de dinheiro é a quantidade total de dinheiro em circulação em um país (DUARTE, 2012).

Se houver mais dinheiro disponível, o valor da moeda cairá em relação às moedas estrangeiras e a taxa de câmbio cairá. Uma oferta monetária mais alta também significa taxas de juros mais baixas (mais uma vez porque uma oferta maior significa menor demanda). As baixas taxas de juros, por outro lado, tendem a fazer cair o valor de uma moeda. Isso ocorre

porque os investidores obtêm baixos retornos sobre o investimento nessa moeda. Isso pode sugerir que baixas taxas de juros são uma coisa ruim (SILVA et al., 2013).

Há outro parâmetro a ser observado, a inflação. Se a inflação (a taxa na qual os preços estão subindo) for muito alta, ou seja, se a demanda por bens exceder a oferta, poderá gerar instabilidade econômica e depreciação da moeda. Simplificando, as pessoas não podem se dar ao luxo de continuar comprando o que costumavam comprar, e as empresas podem ter dificuldades para vender seus produtos e serviços. Um banco central pode tentar combater a inflação aumentando as taxas de juros, incentivando as pessoas a colocar seu dinheiro em contas de poupança, em vez de gastá-lo. Isso significa que a demanda está caindo e a inflação está desacelerando (SANTANA, 2018).

Da mesma forma, fortes condições políticas afetam positivamente os valores das moedas. Se um país está em meio a distúrbios políticos ou tensões globais, a moeda se torna menos atraente e a demanda cai. Por outro lado, se um mercado vê a introdução de um novo governo que sugere estabilidade ou forte crescimento econômico futuro, uma moeda pode se valorizar à medida que as pessoas a comprem com base nas boas notícias (DUARTE, 2012).

Embora o impacto das oscilações de uma moeda na economia seja abrangente, a maioria das pessoas não presta muita atenção às taxas de câmbio, porque a maioria de seus negócios é realizada na moeda nacional. Para o consumidor típico, as taxas de câmbio apenas se concentram em atividades ou transações ocasionais, como viagens ao exterior, pagamentos de importação ou remessas para o exterior (THOMÉ e BORDEAUX-REGO, 2013).

Uma falácia comum que a maioria das pessoas abriga é que uma moeda doméstica forte é uma coisa boa porque torna mais barato viajar para outro país, por exemplo, ou pagar por um produto importado. Realisticamente, uma moeda indevidamente forte pode exercer um impacto significativo sobre a economia subjacente a longo prazo, à medida que indústrias inteiras se tornam não competitivas e milhares de empregos são perdidos. Embora os consumidores possam desprezar uma moeda doméstica mais fraca, uma moeda fraca pode resultar em mais benefícios econômicos (SILVA et al., 2013).

O valor da moeda nacional no mercado de câmbio é um instrumento importante no conjunto de ferramentas de um banco central, bem como uma consideração importante ao definir a política monetária. Direta ou indiretamente, os níveis de moeda afetam várias variáveis econômicas importantes. Eles podem desempenhar um papel na taxa de juros que

uma pessoa paga em sua hipoteca, nos retornos de sua carteira de investimentos, no preço das compras no supermercado local e até nas perspectivas de emprego (DUARTE, 2012).

Neste caso, em síntese, as variações cambiais surgem do sistema de taxa de câmbio flutuante, seguido pela maioria das principais economias. A taxa de câmbio de moedas em relação a outras depende de vários fatores, como oferta e demanda relativa de moedas, crescimento econômico de países, perspectivas de inflação, fluxos de capital e assim por diante, como já mencionado. Como esses fatores estão mudando continuamente, as moedas variam com eles (SANTANA, 2018).

A variação da moeda de um país pode ter um impacto de longo alcance na economia, nos consumidores, nas empresas e nas entradas de remessas. Isso significa que, se a moeda de um país se valoriza ou se deprecia, ela terá impactos positivos e negativos na economia de um país, dependendo do setor. As variações cambiais têm um impacto significativo no consumidor. Uma moeda fraca aumenta o custo das importações e, eventualmente, esse custo é suportado pelo consumidor (DUARTE, 2012).

Por exemplo, comprar um carro estrangeiro pode ficar mais caro se a moeda do país se depreciar, o que significa que a pessoa pode acabar pagando mais dinheiro para obter um item do mesmo valor. Por outro lado, uma moeda estável permite que os consumidores comprem mais. Esse aumento de gastos beneficia ainda mais a economia geral do país. Os preços do gás também são afetados em grande parte devido às variações da moeda estrangeira (SILVA et al., 2013).

Portanto, um dos impactos mais proeminentes das variações cambiais pode ser visto no comércio internacional. Geralmente, uma moeda mais fraca estimula as exportações e torna as importações caras, diminuindo o déficit comercial do país, dependendo do setor. Por outro lado, uma moeda forte pode reduzir as exportações e tornar as importações mais baratas, ampliando efetivamente o déficit comercial. Embora geralmente se presuma que uma moeda forte é uma coisa boa para a economia de uma nação; na realidade, pode não ser assim (DUARTE, 2012).

Uma moeda forte injustificável pode causar um empecilho para a economia a longo prazo, à medida que indústrias inteiras se tornam não competitivas e milhares de empregos são perdidos. Como o PIB está diretamente ligado às exportações, uma moeda mais fraca pode realmente ajudar a economia do país, contrariando a crença popular (PIMENTEL, LUPORINI e MODENESI, 2016).

Por outro lado, uma moeda depreciada pode resultar em inflação à medida que o custo da importação de bens aumenta. As variações da moeda também têm um impacto direto na política monetária de um país, pois as taxas de câmbio desempenham um papel vital na decisão das taxas de câmbio definidas pelo banco central de um país. Variações constantes da moeda também podem afetar adversamente o mercado, tornando-o volátil e afetando o comércio local e o exterior (PIMENTEL, LUPORINI e MODENESI, 2016).

2.2 COMÉRCIO EXTERIOR

O Comércio exterior nada mais é que o conjunto das compras e vendas de bens e serviços realizados entre países. Quando um país vende um bem ou serviço a outro, a operação é chamada de exportação. Quando compra de outro país, efetua realiza uma importação (VIEIRA et al., 2019).

Há indícios de que o Comércio Exterior exista a milhões de anos atrás. No oitavo milênio a.C., os chineses começavam a criar rotas visando países asiáticos para o comércio de seda. Os egípcios e outros povos da antiguidade também comercializavam seus produtos agrícolas através do Rio Nilo, mas, somente nos séculos passados, o Comércio Exterior começou a adquirir uma forma mais parecida com a que vivemos hoje. Tudo isso graças ao desenvolvimento industrial, de transportes, dos meios de comunicação, mostrando que o avanço tecnológico e criação da Internet foram cruciais para tornar mais ágil o processo da comercialização entre fronteiras (CYSNE, 2019).

Como resultado dos avanços tecnológicos, pode ser citado como exemplo o SISCOMEX - Sistema Integrado do Comércio Exterior que é um dos principais instrumentos atuais da área. Por meio dele é possível registrar, acompanhar e controlar operações dentro do Comércio Exterior de maneira mais simplificada. Há ainda o SISCOSEV, que é um sistema criado para registrar transações internacionais de domiciliados no Brasil com domiciliados no exterior (exceto de mercadorias, que é onde entra o SISCOMEX).

O Comércio Exterior também pode ser considerado muito importante para o PIB (Produto Interno Bruto) pois sua variação influencia diretamente na Balança Comercial do país em questão.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais de um país, em valores monetários, num determinado período. Seu maior objetivo é avaliar a atividade econômica de determinada região e seu nível de riqueza, lembrando que são considerados apenas os bens

e produtos finalizados, serviços, investimentos e gastos do governo, descartando assim os bens intermediários, serviços não remunerados, bens já existentes e atividades informais/ilegais (CYSNE, 2019).

No Brasil, o PIB é calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Já a Balança Comercial representa as transações comerciais com o exterior. Ela é calculada de acordo com a diferença entre as exportações e importações. Quando as exportações são maiores que as importações, dizemos que a Balança está positiva, gerando um superávit. Tal condição é excelente para o país, uma vez que significa que o produto nacional está sendo bem vendido lá fora. Entretanto, se as importações forem maiores que as exportações, a Balança se torna negativa e gera um déficit na Economia, pois significa que o país está comprando mais do que está vendendo.

O comércio exterior é o que possibilita um país vender o seu produto excedente para outro que não tem a mesma capacidade produtiva. Com isso, ambos os lados têm ganhos. O trabalho de Comércio Exterior tem parte fundamental em todos os processos de importação e exportação, como por exemplo, a análise de mercado e as questões culturais exigidas por cada região. A primeira parte diz respeito ao acompanhamento das tendências de consumo internas e externas, que podem impactar diretamente na decisão de comercialização de um país para outro (LUZ, 2019).

A outra tem relação com os costumes e tradições das outras nações. Há países, que exigem certos procedimentos a serem realizados na compra ou venda da mercadoria desejada. Para vender a esses locais, o país exportador deve respeitar as regras à risca, caso contrário, pode perder um cliente e ter seu lucro prejudicado (CYSNE, 2019).

2.2.1 Comércio exterior e variação cambial

Segundo o Banco Central, câmbio é a troca de moedas entre países diferentes. Em geral, qualquer operação que envolve transação financeira, tanto no Brasil como no exterior, é entendida como câmbio financeiro, como transferências, pagamentos e recebimentos. De acordo com o Infomoney, o fato de a maioria dos países do mundo ter uma moeda própria torna necessárias as operações de câmbio para a realização de transações de comércio exterior. Consequentemente, torna existente a variação cambial no comércio exterior também.

Diariamente, o Banco Central divulga as taxas médias praticadas no mercado interbancário, conhecida por taxa PTAX, que serve como referência e não como taxa

obrigatória. Como as negociações do comércio exterior são realizadas em moeda estrangeira e percebendo a instabilidade do mercado aliado às grandes variações cambiais.

Para se ter ideia, o trabalho de tesouraria em grandes empresas consiste no monitoramento das flutuações das moedas, bem como suas tendências e indicadores. A importância dessa atividade para escolher o melhor momento para efetuar a entrada e a saída de recursos. Da mesma forma que em outros setores da economia, uma queda em um índice não representa, necessariamente, apenas aspectos negativos. E isso é fundamental para entender os efeitos da taxa de câmbio nos negócios (CYSNE, 2019).

É o caso da desvalorização cambial. Se a moeda do país perde valor, significa que as compras do exterior passam a ficar mais caras. Nesses casos, quem sai beneficiada é a exportação. Empresas que tenham um mercado em potencial fora do país têm a possibilidade de explorar esse aumento das vendas. Por outro lado, quando o câmbio do país está valorizado, a alta impacta negativamente no produto exportado (pois está mais caro) e, por sua vez, incide no crescimento da importação de produtos do exterior (KINA et al., 2018).

Essa entrada de mercadorias externas pode ter efeitos negativos para a economia nacional, como o aumento da concorrência para a indústria nacional, que muitas vezes é pouco competitiva e acaba perdendo mercado para os produtos importados.

2.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA VARIAÇÃO CAMBIAL

As variações cambiais em decorrência de crédito a receber e/ou obrigações a pagar em moeda estrangeira deverão, por ocasião do levantamento de balanços, proceder à atualização da expressão monetária, em reais, desses valores com base na taxa cambial vigente na data do respectivo balanço (ALMEIDA, 2021).

O registro contábil da variação cambial deve ser feito a débito ou a crédito da conta atualizada, tendo como contrapartida contas de resultado, de variações cambiais ativas (receita) ou de variações cambiais passivas (despesa). Na hipótese de a moeda nacional se desvalorizar em relação à moeda estrangeira na qual foi realizado o negócio, as atualizações com base nas taxas cambiais geram variação cambial passiva (despesa) nas obrigações e variação cambial ativa (receita) nos direitos de crédito (STICCA et al., 2019).

2.3.1 Tratamento fiscal da variação cambial

Para fins de determinação da base de cálculo do Imposto sobre o Lucro da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), bem como na apuração do lucro operacional, serão consideradas as variações monetárias dos direitos e obrigações creditícias do contribuinte, em função da taxa de câmbio.

O regime de tributação das flutuações cambiais é uma escolha que deve ser avaliada continuamente pelas empresas com operações em moeda estrangeira. A tendência de amplificação das oscilações cambiais, tanto favorável quanto adversamente, leva os gestores tributários a avaliarem a abordagem a ser adotada em cada projeto. A lei vigente exige que as variações cambiais sejam reconhecidas para fins fiscais somente quando a transação subjacente for finalizada (STICCA et al., 2019).

A critério da pessoa jurídica, as variações monetárias poderão ser incluídas na apuração do imposto com base no regime de competência, de forma consistente para todo o ano-calendário e aplicável a todos os tributos mencionados.

De acordo com o regime de competência, a variação cambial é registrada a cada período, independentemente de quando a operação é liquidada. Consequentemente, se ocorrer uma flutuação passiva da taxa de câmbio (despesa) ao longo do período, isso reduzirá o lucro da empresa e talvez o valor do imposto de renda devido.

Por outro lado, uma variação cambial ativa (receita) ao longo do tempo resultará em um aumento no lucro e talvez um aumento no passivo tributário. No regime de caixa, o ganho ou perda em moeda estrangeira somente é realizado após a conclusão da operação.

Tal sistema é mais seguro e conservador para o contribuinte, pois não é imprescindível informar a oscilação cambial ativa decorrente de uma operação que ainda não foi resolvida e pode até não ocorrer.

Notadamente, a adoção do regime de caixa não deve alterar os critérios de contabilização dos resultados, que são sempre reportados pelo regime de competência por motivos societários e comerciais. Consequentemente, os devidos ajustes para apuração do Lucro Real devem ser feitos imediatamente no livro de cálculo correspondente (Lalur) por adições e exclusões ao resultado contábil (ALMEIDA, 2021).

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Uma empresa usa seus registros contábeis para compilar relatórios financeiros chamados relatórios contábeis. Os relatórios podem ser breves ou abrangentes, conforme necessário, para relatórios personalizados, destinados a fins específicos, como lucratividade de uma linha de produtos ou vendas por região. Relatórios contábeis são demonstrações financeiras equivalentes (HOJI, 2010).

Uma demonstração financeira é um documento resumido elaborado periodicamente, que contém informações sobre desempenho, situação financeira e contábil, bem como sobre o desenvolvimento de uma empresa de um exercício contábil para outro (ASSAF NETO, 2012). Neste caso, o balanço é uma tabela resumida básica que fornece uma imagem da situação financeira da empresa durante um período e apresenta três elementos principais (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014):

- Ativos: recursos econômicos controlados pela empresa da qual espera benefícios econômicos futuros, ou simplesmente o que a empresa possui;
- Passivos: obrigação de fazer ou pagar, que representa um valor negativo para a empresa ou o que a empresa deve pagar;
- Patrimônio líquido: patrimônio líquido da empresa resultante da diferença entre ativos e passivos.

Além disso, a demonstração do resultado comumente conhecida como demonstração do resultado abrangente ou perda e lucro é um documento contábil que fornece uma imagem do desempenho econômico da empresa durante um determinado período em termos de ganhos ou perdas. Ele fornece informações sobre o que a empresa ganhou e gastou e indica se obteve lucro ou prejuízo durante o período contábil. É a diferença entre os produtos que são as operações que aumentam a riqueza da empresa e as despesas que são o consumo de recursos que empobrece a empresa (MATARAZZO, 2010)

Por outro lado, a tabela de fluxo de caixa detalha e explica a variação no fluxo de caixa durante todo o exercício. Esses são os insumos e produtos do fundo para pagamento de

dívidas e compra dos produtos de que precisa (HOJI, 2010). Os fluxos são classificados em três categorias:

- Fluxos vinculados à atividade operacional da empresa: definem a variação de caixa mantida pela empresa vinculada à sua atividade principal;
- Fluxos vinculados a atividades de investimento: Representam todas as despesas e receitas associadas às aquisições e alienações de ativos fixos;
- Fluxos de caixa vinculados a atividades de financiamento: Referem-se principalmente a aumentos e reduções de capital, pagamento de dividendos aos acionistas e obtenção ou reembolso de empréstimos financeiros.

Neste contexto, a demonstração das mudanças no patrimônio líquido indica todas as transações que afetam o patrimônio total de uma empresa durante um período contábil. Identifica a riqueza criada e / ou potencial disponível para os acionistas. Portanto, nenhuma demonstração financeira única fornece uma imagem completa dos negócios. Todos eles estão inter-relacionados (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014).

A mudança nos ativos e passivos que aparecem no balanço patrimonial corresponde aos encargos e receitas que aparecem na demonstração do resultado que determinam os ganhos ou perdas da empresa; os fluxos de caixa fornecem informações adicionais sobre os ativos líquidos listados no balanço patrimonial. Além disso, as demonstrações financeiras são uma fonte muito valiosa de informações para investidores e credores na tomada de decisões econômicas (MATARAZZO, 2010).

Entretanto, o objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações comerciais sobre operações, posicionamento financeiro e fluxos de caixa. Essas informações são usadas para tomar decisões financeiras relacionadas à alocação de recursos. Declarações específicas são usadas para fins comerciais específicos (ASSAF NETO, 2012). As demonstrações financeiras podem ser usadas para vários propósitos, incluindo:

- Decisões de crédito: as informações são usadas pelos credores para determinar se eles devem conceder crédito a uma empresa ou restringir o valor do crédito concedido;

- Decisões de investimento: os investidores analisam as declarações para decidir se investem e qual o preço por ação em que desejam investir. As informações são usadas para desenvolver um preço de venda potencial para a empresa;
- Decisões sobre tributação: uma empresa pode ser tributada com base em seus ativos ou receitas e esse valor pode ser derivado pelo governo usando informações de demonstrações financeiras;
- Decisões de negociação do sindicato: as demonstrações financeiras podem ser usadas por um sindicato para basear sua posição de negociação com base na capacidade de pagamento da empresa.

Neste caso, os relatórios financeiros devem ser comparáveis aos de outras empresas, especialmente aquelas do mesmo setor. Os relatórios precisam atender a certos requisitos, que englobam as convenções, regras e procedimentos necessários para definir as práticas contábeis aceitas em um determinado momento (HOJI, 2010). Portanto, os relatórios financeiros devem incluir (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014):

- Demonstrações financeiras externas (demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, balanço patrimonial;
- Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do patrimônio líquido);
- Notas às demonstrações financeiras;
- Documentação pública sobre ganhos trimestrais e informações relacionadas;
- Relatórios trimestrais e anuais aos acionistas;
- Informações financeiras publicadas no site de uma corporação;
- Relatórios financeiros a agências governamentais, incluindo relatórios trimestrais e anuais;
- Documentação relativa à distribuição de ações ordinárias e outros valores mobiliários.

Dessa forma, as demonstrações financeiras ajudam as empresas a determinar sua posição financeira em um momento específico e durante um período de tempo. Os dados do diário contábil e do razão geral são usados para preparar demonstrações de resultados, balanços e demonstrações de fluxos de caixa. As informações dos relatórios anteriores são usadas para desenvolver o próximo (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014).

A demonstração de resultados mostra a lucratividade geral de uma empresa durante um período específico. Os dados dos diários contábeis e do razão geral são usados para preparar uma demonstração de resultados. A declaração detalha as principais fontes de receita, como as vendas dos produtos e serviços da empresa. Também mostra fontes secundárias de receita, como se uma empresa sublocasse uma parte de suas instalações. As declarações de renda descrevem qualquer receita durante um período em questão de ativos, como a obtenção de equipamentos de venda ou receita de juros (ASSAF NETO, 2012).

As despesas comerciais também são mostradas na demonstração do resultado. Despesas primárias, despesas de atividades secundárias e perdas de atividades, incluindo depreciação, são detalhadas no extrato. Deve-se observar que a depreciação é mostrada apenas para o período específico relatado e não a depreciação total de um item em seu ciclo de vida útil (MATARAZZO, 2010).

3.1 INDICADORES FINANCEIROS

Os indicadores financeiros são ferramentas de gerenciamento particularmente importantes para os gerentes de negócios. Eles permitem que você compreenda completamente o desempenho de seus negócios, tome decisões nas melhores condições possíveis e posicione seu projeto no caminho para o sucesso (REZENDE et al., 2010).

Os indicadores financeiros são dados financeiros, figuras, índices financeiros, usados para medir o desempenho de uma empresa. Essas são ferramentas de gerenciamento muito úteis para os líderes empresariais, pois permitem avaliar a saúde de seus negócios, determinar seus custos e margens, identificar dificuldades antes que seja tarde demais e reduza o risco de inadimplência (ROSS et al., 2013).

Diferentes índices financeiros dão uma imagem dos diferentes aspectos da saúde financeira de uma empresa, de quão bem ela usa seus ativos até quão bem pode cobrir sua dívida. Uma proporção por si só não fornece uma imagem completa, a menos que seja vista como parte de um todo (ASSAF NETO, 2012).

Como eles medem dados que mudam ao longo do tempo, as proporções são, por natureza, sensíveis ao tempo; portanto, as pessoas devem levar isso em consideração ao avaliar. Isso pode ser usado como vantagem e comparar proporções de um período para outro

para ter uma ideia do crescimento ou das mudanças de uma empresa ao longo do tempo (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014). Os indicadores financeiros estão aliados nos seguintes grupos:

- Índices de rentabilidade;
- Índices de eficiência;
- Índices de liquidez;
- Índices de valor de mercado;
- Índices de alavancagem.

3.1.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Interpreta-se a liquidez de uma empresa como o seu grau de capacidade, em determinado momento, de efetuar o pagamento de seus compromissos de curto prazo através da realização de seus Ativos Circulantes (PINHEIRO, 2014). Por isso, Ross et al. (2013) afirma que, para os gestores financeiros, compreender os indicadores de liquidez é fundamental, pois lidam constantemente com bancos e outros provedores de financiamentos de curto prazo. Estes indicadores medem a solidez da base financeira da empresa através do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas (MATARAZZO, 2010). Ross et al. (2013) ressalta que, para os credores de curto prazo, os indicadores de liquidez são muito importantes. Pinheiro (2014, p. 502) afirma que “a gestão da liquidez da empresa busca o equilíbrio entre os prazos das dívidas com os prazos dos ativos, a fim de evitar sua insolvência”.

3.1.1.1 LIQUIDEZ IMEDIATA

Iudícibus (2013) e Assaf Neto (2010) definem o indicador de Liquidez Imediata como a capacidade que a empresa tem de imediatamente saldar as dívidas de curto prazo. Pinheiro (2014, p. 503) exemplifica ao informar que o indicador representa “quantos R\$ existem em disponibilidades para pagar cada R\$ de dívidas a curto prazo”. Entretanto, Iudícibus (2013)

alerta para o fato de que dinheiro ocioso disponível no caixa perde valor quando se enfrenta períodos de inflação e Assaf Neto (2010, p. 163) reforça o conceito de Iudícibus afirmando que este indicador “é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade”.

3.1.1.2 LIQUIDEZ CORRENTE

O indicador de Liquidez Corrente demonstra quanto se dispõem de ativos imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, em contrapartida às dívidas de curto prazo (IUDÍCIBUS, 2013).

Pinheiro (2014) explana o motivo de um índice de liquidez corrente alto não ser bom para a empresa: na perspectiva do acionista, uma liquidez corrente alta pode significar que a empresa não tem investimentos significativos, ou seja, repousa seu dinheiro em ativos não produtivos, como títulos negociáveis e caixa. Outro motivo, conforme explica Pinheiro (2014), pode ser “a possibilidade de que um alto índice de liquidez corrente seja causado por grandes volumes de estoques, que poderão tornar-se obsoletos antes de serem vendidos”.

3.1.1.3 LIQUIDEZ SECA

A Liquidez Seca se refere à porcentagem das dívidas de curto prazo com possibilidade de serem quitadas com a utilização de itens de maior liquidez do ativo circulante (ASSAF NETO, 2010). Pinheiro (2014) diz que a Liquidez Seca é um índice mais severo que a Liquidez Corrente, pois supõem que só será possível liquidar os compromissos de curto prazo com duplicatas a receber e disponibilidades, sem levar em conta os Estoques.

3.1.1.4 LIQUIDEZ SECA

Para Iudícibus (2013), este indicador auxilia a detectar a saúde financeira de longo prazo da empresa, apesar de que, assim como os outros indicadores de liquidez, carece de uma informação sobre os prazos dos recebimentos e vencimentos. Apesar disso, conforme

Assaf Neto (2010, p. 164), a Liquidez Geral é utilizada “como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos os seus compromissos”. Sua forma de leitura é na avaliação de quanto há de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo para cada valor unitário na dívida da empresa (ASSAF NETO, 2010).

3.1.2 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Os Indicadores de Rentabilidade buscam mensurar a capacidade da empresa de gerar resultado a partir do capital investido (PINHEIRO, 2014). Entretanto, Iudícibus (2013, p. 105) alerta para a necessidade de “relacionar um lucro de um empreendimento com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, para analisar quão bem se saiu a empresa em determinado período”. Além disso, dependendo do objetivo, variantes diferentes de lucro - como lucro operacional e lucro líquido - podem ser utilizadas, necessitando apenas verificar se o conceito usado no numerador é compatível com o do denominador (IUDÍCIBUS, 2013).

3.1.2.1 RETORNO SOBRE PATRIMONIO LIQUIDO

O retorno sobre os recursos próprios investidos na empresa é crucial para os acionistas, pois influencia a médio e longo prazo o valor de mercado das ações (PINHEIRO, 2014). Apesar de ser uma medida contábil, Matarazzo (2010) afirma que esta pode ser comparada com outros rendimentos alternativos para avaliar a rentabilidade da empresa como Caderneta de Poupança, CDBs, Ações, etc. Iudícibus (2013, p. 111) ressalta que “a principal tarefa da administração financeira ainda é a de maximizar o valor de mercado para o possuidor das ações e estabelecer um fluxo de dividendos compensador”. Para Ross (2013), o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) é o verdadeiro medidor do desempenho do lucro, já que o objetivo da empresa é beneficiar os acionistas.

3.1.2.2 MARGEM BRUTA OPERACIONAL E LIQUIDA

Para Pinheiro (2014), o cálculo das margens de lucro tem relação com os ganhos e o esforço para obtê-los, geralmente representando a produção de um bem em relação ao seu preço determinado. Iudícibus (2013, p. 106) ressalta que os indicadores de Margens Bruta, Operacional e Líquida “apesar dos esforços constantes para melhorá-lo, comprimindo despesas e aumentando a eficiência, apresenta-se baixo ou alto de acordo com o tipo de empreendimento”. São três os níveis de formação das margens definidos por Pinheiro (2014):

- a) Primeiro Nível – Margem Bruta: Eficiência da produção para absorver as despesas operacionais.
- b) Segundo Nível – Margem Operacional: Desempenho da empresa no desenvolvimento da sua atividade-fim em função dos valores utilizados.
- c) Terceiro Nível – Margem Líquida: Eficiência relativa a todas as fases do negócio da empresa na geração de lucro.

3.1.3 INDICADORES DE VALOR DE MERCADO

Os índices de valor de mercado auxiliam na medição do valor das ações de uma empresa em comparação com outra, pois relacionam o preço da ação com o valor patrimonial, fluxo de caixa, lucros e dividendos por ação (BRIGHAM e EHRHARDT, 2012). Pinheiro (2014, p. 542) sintetiza o conceito ao afirmar que “o valor da empresa é estimado a partir da média dos múltiplos observados em empresas semelhantes aplicados aos dados da empresa (valores dos demonstrativos financeiros)”. A importância central destes indicadores, segundo Pinheiro (2014), está no fato de que eles auxiliam a encontrar ativos baratos ou caros em comparação com outros ativos similares que estejam sendo negociados no momento.

3.1.3.1 INDICE DE PREÇO/LUCRO

Brigham e Ehrhardt (2012, p. 99) afirmam que “o índice preço/lucro mostra quanto os investidores estão dispostos a pagar por real de lucros reportados. Ross et al. (2013, p. 69) afirma que “como o índice P/L mede o quanto os investidores estão dispostos a pagar por real de lucro corrente, os P/Ls mais altos quase sempre significam que a empresa tem perspectivas significativas de crescimento”. E estes investidores pagam o preço pelo lucro da empresa,

segundo Pinheiro (2014), porque é possível intuir que este indicador demonstra o número de anos que demorará para o investidor receber de volta seu investimento, ressaltando apenas que o indicador não considera o impacto do tempo no valor do dinheiro e nem que o total do lucro líquido não é distribuído em forma de dividendos aos acionistas. Pinheiro (2014) alerta também para algumas características deste indicador:

- a) O Índice Preço/Lucro subentende que o Lucro se repetirá ano após ano, o que normalmente não ocorre;
- b) Não leva em consideração investimentos maciços que podem demorar a retornar em lucro;
- c) O lucro raramente retorna de forma total para o acionista.

3.1.3.2 INDICE DE PREÇO/FLUXO DE CAIXA

A capacidade de uma empresa de gerar fluxos de caixa influencia na determinação dos preços das ações – sendo o fluxo de caixa definido como lucro líquido mais amortização e depreciação (BRIGHAM e EHRHARDT, 2012). Utiliza-se o fluxo de caixa no lugar do lucro, pois o primeiro elimina lançamentos contábeis que não representam movimentação de dinheiro, como as amortizações e depreciações (PINHEIRO, 2014). Portanto, Pinheiro (2014, p. 546) afirma que o índice de Preço/Fluxo de Caixa “indica o número de vezes que a bolsa de valores aceita pagar o valor financeiro de uma ação”.

3.1.3.3 INDICE DE VALOR DE MERCADO/VALOR CONTÁBIL

Comparar o valor de mercado da empresa com o valor contábil traz à tona a valorização de mercado da empresa (PINHEIRO, 2014).

Ross et al. (2013, p.70) resume ao escrever que “de modo geral, o índice valor de mercado/valor contábil compara, portanto, o valor de mercado dos investimentos da empresa com seus custos”. Portanto, caso o indicador obtenha um valor inferior à um, é devido à incapacidade da empresa em gerar valor para seus acionistas (ROSS et al., 2013). Para Brigham e Ehrhardt (2012), o cálculo deste indicador inicia ao se encontrar o Valor Patrimonial por Ação – Patrimônio Líquido dividido pelo número de Ações em Circulação –

para depois calcular o índice Valor de Mercado/Valor Contábil, que é o Preço de Mercado por Ação dividido pelo Valor Patrimonial por Ação.

3.1.4 VALOR DE DIVIDENDOS

O Valor dos Dividendos – ou Dividend Yield (DY), em inglês – é representação direta da rentabilidade recebida pelo acionista em determinado ano (PINHEIRO, 2014). Para Pinheiro (2014, p. 551), este indicador “explicita o quanto foi pago em dividendos, nos últimos 12 meses, expresso em porcentagem do preço atual da ação”. Além disso, Pinheiro (2014) também explica que a interpretação adequada deste indicador é que quanto mais alto o seu valor – ou seja, sua rentabilidade por dividendos –, melhor para o acionista.

3.1.4.1 INDICE DE PAY-OUT

O índice Pay-Out, conforme Pinheiro (2014), é: O índice de Pay-Out é o percentual do lucro líquido, apurado nos 12 meses anteriores à divulgação do último balanço, pago sob a forma de proventos. Ou seja, é a proporção do Lucro Líquido do exercício, distribuído sob a forma de proventos. Normalmente as empresas possuem em seus estatutos a proporção do seu lucro que é distribuído sob a forma de proventos (PINHEIRO, 2014, p.552).

Dependendo da estabilidade do fluxo operacional e de como as empresas desejam se apresentar como atrativas aos investidores, seu valor de Pay-Out será mais ou menos elevado – exemplos de Pay-Out elevados são os setores Elétrico, Saneamento e Telefonia Fixa (PINHEIRO, 2014).

Contudo, examinar e comparar índices financeiros fornece pontos de comparação entre empresas. Também permite acompanhar o desempenho de uma empresa ao longo do tempo. É importante não basear as decisões em uma proporção específica, mas reuni-las e analisá-las como um todo. Dessa forma, a análise das taxas pode fazer toda a diferença nos resultados de seu investimento, fornecendo as informações detalhadas necessárias e ajudando a identificar possíveis áreas problemáticas antes de investir (HOJI, 2010).

Neste caso, o saldo não fornece serviços e consultoria tributária, de investimento ou financeira. As informações estão sendo apresentadas sem consideração dos objetivos de investimento, tolerância a riscos ou circunstâncias financeiras de qualquer investidor

específico e podem não ser adequadas para todos os investidores. O desempenho passado não é indicativo de resultados futuros. Investir envolve riscos, incluindo a possível perda de capital (REZENDE et al., 2010).

3.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações Financeiras são representações estruturadas da posição financeira e do desempenho financeiro de uma determinada entidade. Com base nas demonstrações financeiras, por exemplo, é possível a tomada de decisão na gestão das empresas. Ainda, através das demonstrações financeiras pode-se organizar o orçamento e realizar a apuração dos impostos, controlando o fluxo de caixa (ROSS et al., 2013).

Segundo o artigo 176, § 4º, da Lei nº 6404/1976, existem demonstrações contábeis obrigatórias, algumas delas são:

- I – Balanço Patrimonial;
- II – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- III – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV – Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- V – Demonstração do Resultado Abrangente (DRA);
- VI – Notas Explicativas (que servem de complemento para os dados das demonstrações, de modo a trazer mais perspectiva para os resultados das empresas).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As variações da moeda afetam todos os tipos de empresas, mas as empresas que exportam ou importam suprimentos de outros países são as mais afetadas. Uma mudança na moeda pode ter um impacto direto nos resultados financeiros de uma empresa. Por exemplo, se uma empresa projetar uma margem de lucro de determinado valor em um ano, poderá reduzir esse valor se a moeda enfraquecer em relação à rupia. Da mesma forma, eles poderiam ver um aumento em seus lucros se a moeda tivesse um forte desempenho contra a rupia (FISCHER e COLAUTO, 2009).

Mesmo que uma empresa não compre ou venda para outros países, essas variações podem ter consequências imprevistas. Por exemplo, se uma empresa usa caminhões para mover seus produtos e uma mudança de moeda varia no custo do combustível, haverá um impacto direto nos custos de remessa. Por outro lado, uma moeda depreciada também pode ajudar as empresas domésticas a vender mais localmente, reduzindo as importações do país (PIMENTEL, LUPORINI e MODENESI, 2016).

Algumas empresas menores podem não ter as finanças de backup para lidar com as variações da taxa de câmbio. Eles geralmente estabelecem um “contrato a termo” para proteger seu risco financeiro e garantir que seus negócios sejam protegidos contra perdas significativas decorrentes de variações da moeda estrangeira (ROSS et al., 2013).

Neste caso, as variações da taxa de câmbio afetam os preços domésticos por três canais; primeiro é através dos preços dos bens de consumo importados, a variação da taxa de câmbio afeta diretamente os preços domésticos; o segundo é através dos preços dos bens intermediários importados; a variação da taxa de câmbio afeta o custo de produção dos bens produzidos internamente. Como a principal função dos bancos comerciais é mediar entre o lado da oferta e o lado da demanda da moeda estrangeira, quaisquer restrições sobre como os bancos comerciais conduzem seus negócios afetariam seu desempenho financeiro (THOMÉ e BORDEAUX-REGO, 2013).

As variações nas taxas de câmbio podem gerar ganhos ou perdas significativas e a entrada delas na demonstração do resultado pode produzir uma impressão distorcida do que está acontecendo com a instituição financeira em questão. Dessa forma, quanto mais uma

empresa está envolvida no comércio internacional, maior sua exposição contábil e, a menos que uma empresa proteja esse risco, ela enfrenta ganhos e / ou perdas financeiras com transações e traduções de atividades estrangeiras (PIMENTEL, LUPORINI e MODENESI, 2016).

Outra dimensão única da exposição cambial é a de projetos financiados por doadores estrangeiros. Os ganhos / perdas cambiais não realizadas, afetam o lucro líquido das empresas multinacionais, registrado na demonstração do resultado ou nas reservas de patrimônio dos proprietários. As variações cambiais afetam as importações, contas a pagar, vendas de exportação e contas a receber das empresas; com o efeito líquido no lucro líquido de empresas multinacionais por meio da demonstração do resultado ou das reservas de capital dos proprietários (FISCHER e COLAUTO, 2009).

4.1 PREVENÇÃO DE IMPACTOS DA VARIAÇÃO CAMBIAL

O desempenho financeiro refere-se à capacidade de alavancar decisões e estratégias operacionais e de investimento para alcançar a estabilidade financeira de uma empresa. É a medida da consecução de um banco de suas metas financeiras, guiada por seus objetivos e benchmarks financeiros. O lucro é o objetivo final da empresa. Para medir a lucratividade, existem diversas razões usadas, das quais o retorno sobre o ativo, o retorno sobre o patrimônio e a margem líquida de juros são os principais (THOMÉ e BORDEAUX-REGO, 2013).

Uma dessas medidas é o retorno sobre ativos, que é um indicador de quão lucrativa é uma empresa em relação ao total de ativos. O retorno sobre ativos dá uma ideia de quão eficiente é a gestão no uso de ativos para gerar ganhos. Calculado dividindo os ganhos anuais de uma empresa pelo total de ativos, o retorno sobre ativos é exibido como uma porcentagem. Às vezes, isso é chamado de "retorno do investimento" (SANTANA, 2018).

O retorno sobre ativos é uma proporção importante que indica a lucratividade de um banco. É uma razão de renda para o ativo total. Ele mede a capacidade da administração de uma organização de gerar receita utilizando os ativos da empresa à sua disposição. Margem Líquida de Juros é uma medida da diferença entre a receita de juros gerada pelos bancos e a quantia de juros paga aos seus credores, em relação à quantia de seus ativos (FISCHER e COLAUTO, 2009).

Geralmente, é expresso como uma porcentagem do que a instituição financeira ganha com empréstimos em um período de tempo específico e outros ativos menos os juros pagos pelos fundos emprestados divididos pela quantia média dos ativos nos quais obteve renda naquele período de tempo (a média de ativos lucrativos). Retorno sobre o patrimônio é um índice financeiro que se refere ao lucro obtido por uma empresa em comparação com o valor total do patrimônio investido ou encontrado no balanço patrimonial (PIMENTEL, LUPORINI e MODENESI, 2016).

Desse modo, retorno sobre o patrimônio é o que os acionistas procuram em troca de seus investimentos. Neste caso, existem três tipos de impactos da variação de câmbio:

- Risco de transação, que afeta principalmente importadores e exportadores
- Risco de conversão, que pode ter um sério impacto nas empresas;
- Risco econômico, que surge quando uma moeda local se fortalece e as empresas se tornam menos competitivas do que suas contrapartes estrangeiras.

Neste contexto, o risco de transação se aplica aos pagamentos de uma empresa, feitos ou recebidos em moeda estrangeira, sob contratos que já foram assinados ou serão assinados. O risco é que a moeda flutue de uma maneira que prejudique a empresa e os obriga a trocar sua moeda em condições menos favoráveis do que as originalmente orçadas. O risco pode aparecer bem antes do momento em que a conversão real da moeda ocorre, especialmente para empresas que compartilham sua lista de preços antecipadamente e empresas que negociam seus preços contrato por contrato (ROSS et al., 2013).

Fazer negócios no exterior sem proteção pode ser arriscado e bastante caro. A cobertura cambial continua sendo uma das melhores maneiras de garantir lucros e evitar comprometer sua empresa. As vantagens incluem proteção contra movimentos cambiais desfavoráveis, redução da incerteza em relação às taxas de câmbio e a liberdade de se concentrar nas atividades principais da sua empresa enquanto protege suas margens de lucro, o que, por sua vez, permite estabelecer previsões financeiras ao planejar o fluxo de caixa (FISCHER e COLAUTO, 2009).

Enquanto as empresas geralmente contratam seguros para proteger suas propriedades e ativos de eventos imprevistos, muitas vezes, infelizmente, esquecem de proteger seu objetivo

final: lucratividade e lucros. Portanto, as variações cambiais podem ser uma importante fonte de risco para as empresas (SANTANA, 2018).

Na pior das hipóteses, grandes perdas cambiais podem levar a falências bancárias, além de causar enormes encargos à lucratividade dos bancos. A exposição cambial pode ser discernida em grande parte a partir de seus dados contábeis, a exposição indireta, que decorre dos impactos das variações da taxa de câmbio na economia em geral e nos clientes dos bancos em particular (THOMÉ e BORDEAUX-REGO, 2013).

4.2 IMPACTO DA VARIAÇÃO CAMBIAL NO BALANÇO PATRIMONIAL (BP) E NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Segundo a NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE Nº TSP 24, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019, a entidade pode manter atividades em moeda estrangeira de duas formas: pode realizar transações em moedas estrangeiras ou possuir operações no exterior, além disso, pode apresentar suas demonstrações contábeis em moeda estrangeira, mas existem normas e obrigações que devem ser seguidas para que as informações sejam fidedignas às operações ocorridas durante o período em que ocorrem. As informações da variação cambial na DRE e no Balanço Patrimonial são obrigatórias.

Também segundo a NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE Nº TSP 24, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019, quando o ganho ou a perda sobre itens não monetários for reconhecido diretamente no patrimônio líquido, qualquer variação cambial atribuída àquele item de ganho ou perda deve, também, ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Por outro lado, quando o ganho ou a perda sobre item não monetário for reconhecido no resultado do período, qualquer variação cambial atribuída àquele ganho ou perda deve, também, ser reconhecido no resultado do período.

Sendo assim, podemos entender que a variação cambial impacta diretamente no resultado do balanço da empresa. Dentro do Balanço Patrimonial, do lado do Passivo, a variação é contabilizada como lucro ou prejuízo no Patrimônio Líquido, já na DRE, essa conta entra como Despesa de Variação Cambial e está sujeita a fazer uma grande diferença no resultado.

4.9 INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO

4.9.1 HEDGE

Segundo César Ramos, em seu livro “Derivativos, riscos e estratégias de hedge: Implementação, Contabilização e Controle”, Uma atividade de "hedge" consiste na realização de uma operação de cobertura financeira cujo objetivo é a proteção de um determinado item protegido tal como um saldo de contas a receber em moeda estrangeira por exemplo. A operação de hedge é realizada pela implementação de uma transação compensatória que elimina ou reduz de forma relevante os riscos de prejuízos que poderiam vetar uma entidade em decorrência da oscilação adversa de um determinado risco financeiro de mercado.

No mundo corporativo, todas ferramentas de proteção para a empresa são de grande estima, com o hedge não é diferente. A tradução literal da palavra “hedge” no inglês é cerca, podemos entender que esse instrumento trata-se de uma proteção para mitigação de perdas excessivas quando falamos de transações no mercado de câmbio. As multinacionais operam com moedas diferentes a todo momento e esse instrumento é uma das opções para que possamos diminuir as perdas de uma empresa, mas como toda estratégia, existem riscos a serem verificados antes das operações.

4.9.2 HEDGE EM COMMODITY OU DERIVATIVOS

Derivativos são contratos que derivam a maior parte de seu valor de um ativo subjacente, taxa de referência ou índice. O ativo subjacente pode ser físico (café, ouro, etc.) ou financeiro (ações, taxas de juros, etc.), negociado no mercado à vista ou não.

Os derivativos, em geral, são negociados sob a forma de contratos padronizados, isto é, previamente especificados (quantidade, qualidade, prazo de liquidação e forma de cotação do ativo-objeto sobre os quais se efetuam as negociações), em mercados organizados, com o fim de proporcionar, aos agentes econômicos, oportunidades para a realização de operações que viabilizem a transferência de risco das flutuações de preços de ativos e de variáveis macroeconômicas.

Os derivativos são atraentes porque permite que o investidor movimente valores menores. Mas, eles também são muito utilizados para proteção financeira. Ao fixar antecipadamente o valor de um ativo ou mercadoria, os derivativos acabam por proteger o

valor do ativo ou mercadoria em questão. Desse modo, é possível diminuir os impactos de mudanças eventuais nos preços do mercado.

4.9.3 HEDGE CAMBIAL

Esse tipo de hedge tem como objetivo reduzir o máximo possível o prejuízo causado pela variação das moedas no mercado financeiro.

Além de proteger os investimentos em moedas, essa estratégia é muito utilizada por organizações que importam ou exportam produtos cotados em moedas estrangeiras. Essas organizações utilizam esse mecanismo para estimar o valor de negociações em determinada moeda e realizar planejamentos.

4.9.3.1 MOEDAS EM ESPÉCIE/COMPRA DE MOEDAS

O investidor compra moedas quando o preço no mercado está em queda e vende quando os preços estão valorizados. Você pode utilizar essa estratégia quando for viajar ou fazer compras em outros países, por exemplo.

4.9.3.2 MERCADO FUTURO

O mercado futuro pode ser entendido como uma evolução do mercado a termo. Nele, os participantes se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura.

A definição é semelhante, tendo como principal diferença a liquidação de seus compromissos. Enquanto no mercado a termo os desembolsos ocorrem somente no vencimento do contrato, no mercado futuro os compromissos são ajustados diariamente. Todos os dias são verificadas as alterações de preços dos contratos para apuração das perdas de um lado e dos ganhos do outro, realizando-se a liquidação das diferenças do dia. Além disso, os contratos futuros são negociados somente em bolsas.

4.9.3.3 HEDGE EM AÇÕES

O hedge de ações é a forma de evitar que a volatilidade dos papéis na Bolsa de Valores afete os seus investimentos de forma muito negativa. Você pode realizar essa estratégia comprando opções de ações ou investindo em índices que são beneficiados com a movimentação do mercado.

Para o investimento em ações, a estratégia de hedge é a forma de proteger seu dinheiro e evitar que um possível movimento negativo do mercado afete totalmente seus rendimentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As variações do câmbio interferem indiretamente no resultado das empresas, mesmo quando esta não compra ou vende bens e serviços no exterior. A volatilidade da taxa de câmbio também pode afetar a concorrência. A depreciação da moeda local torna o custo da importação de mercadorias mais caro, o que pode levar a um volume menor de importações.

Neste caso, a taxa de câmbio desempenhará um papel importante para as empresas que exportam bens e importam matérias-primas. Essencialmente uma depreciação (desvalorização) que tornará as exportações mais baratas e as empresas exportadoras serão beneficiadas, com isso, pelo menos matérias-primas (por exemplo, petróleo) serão mais baratas após uma apreciação.

Qualquer impacto incorrido em uma empresa, pode ser devidamente apontado por indicadores financeiros, tendo como resultado a situação da empresa mediante um cenário específico. Por exemplo, as empresas que importam matérias-primas enfrentarão custos mais altos de importação e uma apreciação torna as exportações mais caras e reduz a competitividade das empresas exportadoras. Nesse caso, a desvantagem de uma depreciação é que as empresas que importam matérias-primas verão um aumento no custo de compra de matérias-primas. Se a empresa importar produtos de outro país para fabricá-lo, ela terá que pagar mais para comprá-los, e isso reduzirá sua margem de lucro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Geral Assuntos Complementares**. Clube de Autores, 2021.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRIGHAM, E.F.; EHRHARDT, M.C. **Administração financeira: teoria e prática**. 13 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2012.

Controles Cambiais para o Comércio Exterior.

CYSNE, Rubens. **Comércio exterior brasileiro: China desloca Estados Unidos e área do euro**. Revista Conjuntura Econômica, v. 73, n. 4, p. 31-33, 2019.

Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/regime-variacao-cambial-.htm#:~:text=No%20regime%20de%20compet%C3%Aancia%2C%20a,do%20imposto%20de%20renda%20devido.>>. Acesso em: 23 de Abril de 2022

DAMAS, Roberto Duma. **Crises econômicas internacionais**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DUARTE, F. B. **Procedimentos e métodos utilizados na conversão de moeda estrangeira para moeda de apresentação e efeitos das taxas de câmbio segundos os pronunciamentos FAS 52 e CPC 02**. 2012. 26 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/61948>>. Acesso em: 25 de agosto de 2022

Efeitos da Taxa de Cambio nos Negócios. Disponível em: <<https://santandernegocioseempresas.com.br/conhecimento/internacionalizacao/efeitos--taxa-cambio-negocios/>>. Acesso em: 23 de Abril de 2022

ENCICLOPEDIA JÚRIDICA. **Demonstrações Financeiras.** Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/230/edicao-1/demonstracoes-financeiras-#:~:text=1.-,Conceito,decis%C3%A3o%20na%20gest%C3%A3o%20das%20empresas>>.

FARHI, M. **O futuro no presente: um estudo dos mercados de derivativos financeiros.** Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1998.

FISCHER, I. S.; COLAUTO, R. D. **Análise do impacto da variação cambial no preço de transferência e no resultado do período: o caso da Fiat Automóveis S/A.** Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 5, n. 2, p.71-86, abr. 2009. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1404/960>>. Acesso em: 25 de agosto de 2022

GAROFALO FILHO, Emilio. Dicionário de comércio exterior e câmbio. 6. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

G1 NOTÍCIAS. **Saiba o Que é Comércio Exterior.** Disponível em: <

HOJI, M. **Administração Financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial.** 8.ed.-2.reimpr.-São Paulo: Atlas, 2010.

INVESTIDOR. **O Que São Derivativos.** Disponível em: <

KINA, Bruno et al. **Comércio exterior: análise da evolução e conteúdo da balança comercial do grande ABC.** In: Escola de Gestão e Direito. 2018.

LEGISLAÇÃO E MERCADOS. **Orientação para Tributação sobre Variação Cambial.**

Disponível em: <<https://legislacaoemercados.capitalaberto.com.br/orientacao-para-tributacao-sobre-variacao-cambial/>>. Acesso em: 23 de Abril de 2022

LUZ, Poliana Vieira. **A importância do SISCOMEX nas operações de comércio exterior: importação e exportação de bens.** South American Development Society Journal, v. 5, n. 13, p. 57, 2019.

MARTINS, E., MIRANDA, G. J., DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis.** São Paulo: Atlas. 2014.

MATARAZZO, DANTE CARMINE. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial.** 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PIMENTEL, D. M.; LUPORINI, V.; MODENESI, A. M. **Assimetrias no repasse cambial para a inflação: uma análise empírica para o Brasil (1999 a 2013).** Estudos Econômicos, v. 46, n. 2, p.343-372, 2016.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercados e Capitais: fundamentos e éticas.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014

PORTAL TRIBUTÁRIO. **IRPJ/CSLL - REGIME DE TRIBUTAÇÃO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS.**

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Variações Cambiais de Direito e Obrigações.** Disponível em: <

PORTOGENTE. **O Que é Comércio Exterior – Introdução, Conceito e Mercado de Trabalho.**

Disponível em: <<https://portogente.com.br/portopedia/101829-o-que-e-comercio-exterior-introducao-conceito-e-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 23 de Abril de 2022

PUCGOIAS. **Que é Comércio Exterior? Mercado e Atuação Profissional.** Disponível em: <<https://ead.pucgoias.edu.br/blog/comercio-exterior>>. Acesso em: 23 de Abril de 2022

REZENDE, I. C. C. et al. **Análise da performance empresarial da Petrobras: um estudo sob o enfoque dos indicadores econômico-financeiros.** Revista Ambiente Contábil, Natal, v. 2, n. 1, p. 54-69, jan. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1333>>. Acesso em: 25 de agosto de 2022

ROSS, STEPHEN A.; WESTERFIELD, RALDOLPH W.; JORDAN, BRADFORD D.; LAMB, ROBERTO. **Fundamentos de Administração Financeira.** 9 Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SANTANA, O. T. O. **Relação entre o comportamento de indicadores econômico financeiros do agronegócio com a variação de índices econômicos.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

SANTANDER. Disponível em: <<https://www.wilsonsons.com.br/pt-br/blog/regimes-cambiais/>>. Acesso em: 23 de Abril de 2022

SILVA, Â. M. C. et al. **Hedge financeiro para operações em dólar americano.** Revista Estudos do Cepe, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 38, p. 21-41, jul./dez., 2013. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/2375/3120>>. Acesso em: 25 de agosto de 2022

STICCA, Ralph Melles; ANTÔNIO, Rafael Moreira; DO VALLE, Maurício Ribeiro. **Desafios do Disclosure da Exposição Cambial e dos Instrumentos Financeiros de Hedge: Análise de Companhias Abertas do Setor de Carnes.** Revista de Contabilidade da UFBA, v. 13, n. 3, p. 30-67, 2019.

THOMÉ, O. S. S.; BORDEAUX-REGO, R. (2013). **Análise econômico-financeira de empresas do setor de construção civil em ambiente de inflação.** Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção, v. 13, n. 11, 144-154.

VIEIRA, JÉSSICA ANECÍ FREITAS; PEREIRA, Yan Guilhon; DA SILVA, E. J.
Comércio exterior cafeeiro no Brasil pelo porto de Santos 2012-2017. Guarulhos/SP:
Fatec, 2019.